



# Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **ORLANDO PESSUTI**  
PRN ..... Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**  
PFL ..... Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**  
PDT ..... Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**  
PT ..... Deputado **ERNANI PUDELL**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PST ..... Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kiêlse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zarusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servó - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

RESOLUÇÃO N° 015/92

DATA: 19.06.92.

SOMULA: Dispõe sobre o ressarcimento aos Senhores Deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Aos deputados estaduais, serão feitos créditos mensais para atender despesas com passagem, telefone, correspondência, moradia e combustível.

Parágrafo Único - Aos suplentes de deputados quando convocados, caberão créditos proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 2° - As liberações serão feitas mensalmente, por determinação do Diretor Geral à Diretoria Financeira, através de empenho na dotação 3.1.3.2.0800 - Outros Serviços e Encargos.

Parágrafo Único - Os empenhos e registro dos créditos obedecerão à legislação atinente a adiantamentos, englobando-se, para este efeito, as parcelas liberadas no exercício.

Art. 3° - Os pagamentos das despesas serão feitos mediante ressarcimento ao Senhor Deputado.

§ 1° - O Deputado solicitará, através de formulário próprio e sob sua responsabilidade, à Diretoria Financeira o reembolso da despesa efetuada.

§ 2° - A solicitação de ressarcimento será anexada o comprovante da despesa, que poderá ser:

- a - primeira via da nota fiscal;
- b - fatura discriminativa da despesa;
- c - recibo;

d - declaração do correio ou do setor de correspondência desta Casa, do valor pago pelo Deputado com as despesas postais.

Art. 4° - As despesas com passagens serão reembolsadas mediante a apresentação da passagem utilizada ou nota fiscal da empresa fornecedora da passagem.

Art. 5° - O ressarcimento de despesas com telefones será feito mediante a anexação da fatura paga ao formulário próprio.

Parágrafo Único - O Deputado deverá informar por escrito, à Diretoria Financeira, os números dos telefones cuja despesa será ressarcida.

Art. 6° - As despesas postais serão reembolsadas mediante a apresentação de comprovante das despesas efetuadas forne-

cido pela Empresa de Correios ou declaração de despesas fornecido pelo setor de correspondência da Assembléia Legislativa.

Art. 7° - Para reembolso de despesas com moradia o deputado deverá apresentar recibo de aluguel ou as notas fiscais referentes às despesas de hospedagens em hotel, em hospitais ou de restaurantes.

Art. 8° - As despesas com combustível e lubrificantes serão ressarcidas mediante a apresentação da nota fiscal onde deverá constar:

- a - data;
- b - nome do Deputado;
- c - número de litros e valor da despesa.

Art. 9° - Os ressarcimentos serão feitos mediante cheque nominal ao Deputado requerente, servindo como comprovante de entrega a cópia do cheque, assinada pelo Deputado ou pessoa autorizada.

Art. 10 - Os créditos liberados serão depositados em conta corrente especialmente aberta, pela Diretoria Financeira.

Art. 11 - Os créditos de que trata a presente Resolução incluindo os valores liberados pela Resolução n° 55/83, não poderão ultrapassar a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores destinados aos Deputados Federais.

Art. 12 - Os saldos não utilizados em uma liberação serão somados ao crédito seguinte.

Art. 13 - Somente serão processadas as solicitações protocoladas até o dia 20 (vinte) de dezembro do exercício do crédito.

Art. 14 - Após a data acima a Diretoria Financeira, e com o visto do Diretor Geral, providenciará as prestações de contas individuais de cada Deputado, enviando-as com um relatório à Comissão de Tomada de Contas, deste Poder que, aprovando-as determinará o recolhimento de saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto a Diretoria de Apoio Técnico.

Art. 15 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.06.92.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente em Exercício

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig,

Curitiba, segunda, em 22.06.92

João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonesé, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Djalma de Almeida Cesar, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, João Preis, José Alves e Mário Bezerra (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

## Mensagem:

MENSAGEM/PGJ/Nº 003

Curitiba, 22 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa douta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, que visa estabelecer a nova política de vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná.

O Projeto de Lei ora encaminhado vem substituir o que atualmente tramita por essa Casa, face à superveniência de novo entendimento com o Poder Executivo, contemplando previsão de reajuste na ordem de 20% a vigorar a partir de 1º de julho próximo vindouro.

Como é sabido, a remuneração dos membros do Ministério Público Estadual é re-

gulada, atualmente, pela Lei Estadual nº 9.048, de 04 de julho de 1989, que estabeleceu certa vinculação com a retribuição prestada pela União Federal aos Senhores Ministros do egrégio Supremo Tribunal Federal.

A referida lei, de natureza emergencial, atendeu as prementes necessidades dos Promotores e Procuradores de Justiça do Paraná, estando atualmente "sub judice", eis que o Governo do Estado houve por bem arguir a sua inconstitucionalidade.

Decorre daí, ante a expectativa de um pronunciamento do Excelso Pretório, a urgência em se estabelecer uma política de vencimentos própria, desvinculada de tribunais federais.

Justifica-se assim, Senhor Presidente, a preocupação desta Procuradoria Geral da Justiça em encontrar uma fórmula que viesse atender as necessidades e reivindicações do Ministério Público, mediante prévio entendimento com o Senhor Governador do Estado.

O anteprojeto em tela, no artigo 1º, estabelece os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça em "quantum" que não é excessivo, prevendo já a revisão de 20% a partir de 1º de julho do corrente, conforme tratamento também dispensado à Magistratura e aos integrantes do Tribunal de Contas do Estado. Mantém no artigo 2º a verba de representação dos membros do Ministério Público, e prevendo, no artigo 3º, à luz da Carta Política Estadual, que os vencimentos não poderão exceder os do Procurador Geral da República (artigo 118, inciso I, "f").

O artigo 4º dispõe que os vencimentos fixados no artigo 1º serão revistos nas mesmas datas e pelo mesmo percentual dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

O artigo 5º é incerto para adequar a gratificação por atividade docente na Escola Superior do Ministério Público à nova política salarial, evitando-se que a referida função no âmbito da Instituição extrapole os parâmetros do respectivo mercado.

A gratificação hoje vigente, fixada em dez por cento dos vencimentos básicos dos integrantes do corpo docente, conforme disposto no artigo 115 da Lei nº 5.849, de 25 de setembro de 1968 (Estatuto do Ministério Público), fica limitada ao teto máximo de dois por cento dos vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça, estabelecidos no artigo 1º desta Lei, implantado o sistema da hora-aula.

Por outro lado, o artigo 6º dispõe sobre a vedação de toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração aqui estabelecida, em observância aos comandos

insertos nos artigos 37, XIII, da Constituição Federal e 27, XIII, da Constituição Estadual.

A fonte de custeio está disciplinada no artigo 7º.

Por derradeiro, o artigo 8º revoga, expressamente, a Lei nº 9.048/89, ora em discção na Corte Suprema.

Como se vê, é premente que a douta Assembléia examine e aprove o proposto, que porá um ponto final na expectativa gerada pela propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Governo do Estado do Paraná.

Solicito a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que seja estabelecido regime de urgência e, se possível, urgência urgentíssima, para a tramitação, mesmo porque os efeitos financeiros passam a vigor em 1º de junho e se aproxima o período de recesso desse Colegiado.

Na certeza de merecer de Vossa Excelência, como sempre, a atenção e o apoio, reitero-lhe as expressões de meu elevado apreço e distingüida consideração.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI  
Procurador Geral da Justiça

#### PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - Os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça, a partir de 1º de junho de 1992, são fixados em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais, acrescidos de 20% a partir de 1º de julho do mesmo ano.

Art. 2º - A verba de representação mensal dos membros do Ministério Público continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089, de 05 de junho de 1985.

Art. 3º - A remuneração dos membros do Ministério Público não poderá exceder, a qualquer título, a do Procurador Geral da República.

Art. 4º - Os vencimentos estabelecidos no artigo primeiro serão revistos nas mesmas datas e pelo mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais.

Art. 5º - A hora-aula na Escola Superior do Ministério Público será fixada pelo Procurador Geral da Justiça, não podendo exceder a 2,0% (dois por cento) dos vencimentos estabelecidos no artigo primeiro desta Lei.

Parágrafo Único - Fica extinta a gratificação estabelecida no artigo 115 da Lei nº 5.849, de 25 de setembro de 1958.

Art. 6º - Fica vedada toda e qualquer vinculação aos vencimentos ou à remuneração dos membros do Ministério Público.

Art. 7º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 9.048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário.

#### Ofícios:

##### OFÍCIO

Sob o nº 243/92, do Senhor Luís Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que visa estabelecer a política salarial da Magistratura.

Ao Conhecimento da Casa.

##### OFÍCIO Nº 47/92

Senhor Presidente.

Venho por este comunicar a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados dessa Casa de Leis, que estarei ausente dos trabalhos do Plenário da Assembléia Legislativa nos dias 22, 23 e 24 de junho do corrente ano, em vista de precisar participar das Convenções Municipais do Partido Trabalhista Brasileiro, tanto em Maringá, como nos Municípios vizinhos a Maringá.

Para tanto, peço a Vossa Excelência justificar minhas faltas às sessões da Assembléia Legislativa nos dias acima mencionados.

Sem outro particular, apresento-lhe meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) JOSÉ ALVES

##### OFÍCIO Nº 438/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar seja justificada minha ausência aos trabalhos parlamentares neste dia 22 de junho, tendo em vista que devido a compromissos assumidos na Região Noroeste do Estado não será possível a participação deste Deputado às atividades em Plenário.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência meus sinceros agradecimentos pela atenção que puder dispensar ao pedido.

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) MÁRIO BEZERRA

##### OFÍCIO Nº 1.053/92

Curitiba, em 22 de junho de 1992.  
Senhor Presidente.

Solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de que os ofícios números 923/92, 924/92 e 942/92, deste Tribunal de Contas, que visam a fixar os vencimentos dos Conselheiros, Procurador

Curitiba, segunda, em 22.06.92

Geral, Auditores e Procuradores junto a este Tribunal, respectivamente, sejam substituídos pelos anteprojeto anexos.

Sem mais, agradeço.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAIRO - Presidente

# ANTEPROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO

Dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido em 20% a partir de 1º de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal dos Conselheiros continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

Art. 2º - Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão revistos nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - Fica vedada toda e qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Conselheiros.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Art. 1º - O vencimento básico dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado, e dos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, ativos e inativos, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 3.590.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido em 20% a partir de 1º de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal dos cargos tratados nesta Lei, continua a corresponder ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

§ 3º - A remuneração dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas, ativos e inativos, não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros do mesmo Tribunal.

Art. 2º - O vencimento fixado no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - As despesas resultantes da

execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas, no orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9.366, de 12 de setembro de 1990 e demais disposições em contrário.

Dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências.

Art. 1º - O vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido de 20% (vinte por cento) a partir de 1º de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas corresponde ao percentual estabelecido pela Lei nº 8.089/85.

Art. 2º - O vencimento estabelecido no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - Os Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, nos casos de licença, férias, afastamentos ou vacância do cargo, serão substituídos por funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal, bacharéis em direito, que preencham os mesmos requisitos exigidos para o titular, por designação do Presidente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia de amanhã 23/06/92 do Projeto de Lei nº 59/92 o qual declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Museu de Arte Contemporânea e do Museu da Imagem e do Som.

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) ANIBAL KHLRY

REQUERIMENTO Nº 1044-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER,

após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO N° 1038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EVERSON JOSÉ FOLTRAN RIGOLINO, ocorrido nesta Capital em 21.06.92.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 45 anos faleceu, nesta Capital, o Sr. EVERSON JOSÉ FOLTRAN RIGOLINO.

O extinto deixa viúva Dona Ruth Izabel e três filhos.

O passamento de Everson veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo EVERSON que será guardado sob a proteção de Deus para que renovado pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com o amor o mistério de que nos deste participar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família RIGOLINO, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1042

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento do Sr. Angelo Greca, à sua família, em nome do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

A manifestação do presente voto de pesar deve-se ao fato do Senhor Angelo Greca, falecido nesta Capital, na data de hoje, ser antigo e estimado morador de Curitiba, atualmente ocupando o cargo de Diretor da Empresa Raphael F. Greca e Filhos Ltda.

De família tradicional, nasceu nesta Capital, em 22 de janeiro de 1921, seus pais Raphael Francisco Greca e Emilia Gasparim Greca foram pioneiros na área de construção civil neste Estado.

Deixou 7 irmãos e diversos sobrinhos, dentre os quais, o nobre Parlamentar Rafael Greca de Macedo.

#### REQUERIMENTO N° 1043

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais do Poder Legislativo Estadual, voto de profundo pesar pelo infausto falecimento do empresário ANGELO GRECA, ocorrido nesta Capital na data de hoje.

ANGELO GRECA, 71 anos, empresário, era um dos treze filhos de Raphael Greca e Emilia Gasparin. Foi diretor da empreiteira Raphael & Filhos desde os anos 50, quando substituiu o seu pai, o velho pedreiro Greca, como era conhecido na cidade de Curitiba.

Membro de tradicional família de construtores de Curitiba, Angelo Greca contribuiu como poucos na construção da história de Curitiba, onde nasceu. Junto com o pai e os irmãos, foi responsável pela construção de importantes obras da cidade, como: Palácio Garibaldi, Congresso Provincial (hoje sede da Câmara Municipal) e as igrejas da Água Verde e de Santa Felicidade, que fez questão de erigir como prova de sua forte religiosidade.

A memória de Angelo Greca reconhecido paranista e verdadeiro curitibano, dedicamos os trabalhos da Assembléia do Paraná, nesta data, na certeza de que ele, vivo, dinâmico, jamais aprovaria um minuto de silêncio. A ele dedicamos todas as horas de trabalho desta Casa, hoje. No signo do trabalho encontramos a melhor forma de homenagear a quem, literalmente, ajudou a construir a história de nossa Capital.

Tio do Deputado Estadual Rafael Greca de Macedo, com assento a este Poder, contribuiu sobremaneira para o processo de urbanização que fez de Curitiba a cidade modelar de hoje, sendo profundamente respeitado por todos os seus funcionários e concidadãos.

Por estas razões registramos na memória legislativa do Paraná o infausto pas-

samento de Ângelo Greca, cujo exemplo de amor a Curitiba e dedicação laboriosa estarão sempre vivos em nossa memória.

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO N° 1044

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírio-Libanesas do Paraná, pela realização de sessão solene para entrega de doações a entidades assistenciais do Estado do Paraná.

Fundada em 18 de março de 1948 e presidida desde 1975 pela Senhora Lourete Tacla, a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírio-Libanesas do Paraná promove diversas atividades dirigidas à filantropia. Nos últimos onze anos vem realizando eventos com o objetivo de arrecadar fundos para a construção de um lar para idosos. Outras obras sociais também são realizadas pela entidade. Mensalmente são assistidas 40 pessoas que recebem, além de recursos financeiros, assistência médica, funerária e educacional. Também são prestados auxílios através de recursos financeiros a entidades assistenciais, como a realizada recentemente, quando foram beneficiadas as seguintes instituições: Centro Dias São Francisco de Assis, Associação Protetora da Infância Província do Paraná, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Instituto Paranaense de Cegos, Creche Leonor Castelano, Clube do Siri e Sociedade de Socorro aos Necessitados, escolhidas em função das necessidades mais prementes.

Por esse extraordinário trabalho que desenvolvem as senhoras sírio-libanesas é que requeremos a este Poder Legislativo sejam formulados votos de congratulações à presidente da Sociedade, dona Lourete Tacla e a todas as demais colaboradoras e co-responsáveis pela atividade social.

Requer-se, outrossim, seja transcrito nos Anais deste Poder o pronunciamento de dona Lourete Tacla por ocasião da solenidade de doações, realizada nesta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO N° 1039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembleia, do Editorial da 6ª página da GAZETA DO POVO do último dia 20, sob o título: "INTEGRIDADE TERRI-

TORIAL DO PARANÁ".

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Editorial da Gazeta do Povo do último dia 20, sob o título "INTEGRIDADE TERRITORIAL DO PARANÁ", traduz perfeitamente o anseio paranista, entretanto um longo caminho parlamentar precisa ser percorrido para a autorização do plebiscito e a audiência prévia da população diretamente envolvida na separação de áreas dos Estados do Paraná e Santa Catarina para a criação do novo Estado do Iguazu, cuja iniciativa consideramos inoportuna.

Realmente, precisamos nos unir à Gazeta do Povo para sustentar o direito inalienável à integridade do nosso território, fazendo coro com os nossos irmãos catarinenses combatendo intransigentemente a proposição separatista.

Os pronunciamentos, os debates do saudoso Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, no Congresso Nacional por ocasião da Constituinte de 1946, fizeram com efeito, uma densa incursão de histórias, que envolvem nossos antepassados.

Sobre este momentoso tema o Professor Bento, sempre com a marcante personalidade, com a paixão de um homem público brasileiro, sobretudo paranista, lutando contra os saudosistas da ditadura, defendeu os interesses do território paranaense, que como Santa Catarina fora prejudicado com a criação do território do Iguazu.

Recentemente editamos um pequeno livro sobre o centenário de Clevelândia. Nele coincidentemente abordamos e reproduzimos alguns dos pronunciamentos daquele insigne estadista, exatamente quando defendia a extinção do Território do Iguazu, incluído no Artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1946.

Justificando sua luta paranista, dizia o Professor Bento Munhoz da Rocha Neto em pronunciamento na Sessão de 09.07.46:

"Subdividir não significa facilitar a evolução, mas, ao contrário, dificultá-la.

O que pretendemos é fortalecer os nossos recursos regionais para progredir, beneficiando a Nação. A amputação do nosso território, já diminuto na escala provincial do Brasil, vem impedir o nosso intento. Não queremos o nosso oeste, para apenas desenhá-lo na nossa carta geográfica. Não queremos a extensão pela extensão. Queremo-la para o progresso. Possuímos elementos para realizá-lo e sentimos, temos a segura intenção de que alcançaremos esse objetivo, conservando o oeste paranaense preso ao nosso núcleo regional de progresso. Nunca como neste caso, o nacional e o provincial ou o regional, andaram mais de acordo. Auxiliam-se e ajudam-se mutuamente.

Acima de tudo, o Brasil".

Para não correr o risco de assistir passivamente prosperar um ato vexatório do fracionamento do nosso território com grave prejuízo à nossa economia e o bom nome, ligados naturalmente à sobrevivência e o progresso dessa população com o andamento de importantes obras de infra-estrutura, entre as quais a FERROESTE e a ponte de Guaíra, devemos nos unir à Gazeta do Povo para evitarmos a mutilação do território paranaense.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Oswaldo Trevisan

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago aqui em discurso do Pequeno Expediente a preocupação que aflige hoje toda Nação brasileira, com respeito a decisão recente do Superior Tribunal de Justiça de estabelecer intervenção federal no Paraná em virtude da ordem de despejo decretada na Fazenda Can-Can.

O Governador Roberto Requião, reiteradas vezes tem se manifestado contrário a invasões. Tem se manifestado numa posição de respeito ao Poder Judiciário, mas também não quer aqui no Paraná uma guerra entre irmãos. Não quer aqui derramamento de sangue, o que quer o Governador Roberto Requião é que seja regulamentada o quanto antes a questão da Reforma Agrária e no dia de hoje, nesta segunda-feira o Congresso Nacional começa a discutir a regulamentação da Reforma Agrária no País, que são os artigos 184 e seguintes da atual Constituição da República.

Reiterando portanto a sua posição de respeito ao Poder Judiciário, a sua posição contrária às invasões de terra, mas pedindo que o Congresso Nacional se mobilize o mais rapidamente possível para regulamentação da Reforma Agrária, o Governador Roberto Requião fez publicar neste domingo, nos principais jornais do País matéria intitulada "Paz na Terra" e diz o seguinte, informando também a opinião pública e a Nação brasileira.

(Lê): "Em maio de 1989 o INCRA através de decreto do Presidente José Sarney, declarou de interesse social para fins de desapropriação, para assentamento de agricultores, a Fazenda Can-Can, no Município de - hoje - Roncador.

Agricultores lá se estabeleceram, plantaram, colheram. Hoje plantam e hoje colhem a comida de suas famílias e o alimento que vem para nossas mesas.

O latifúndio era improdutivo; hoje produz. As famílias de agricultores produzem com boa fé. São 46 famílias, 55 crianças. O problema da terra poderia ser fa-

cilmente resolvido com a desapropriação da área pelo estado, ou de outra área para assentamento. Isto não é possível, entretanto, porque o Congresso Nacional não regulamentou a reforma agrária.

Ao deixar de cumprir a decisão de despejo, não o faço em desrespeito à decisão de Justiça, mas por vocalizar o sentimento de solidariedade e amor da comunidade paranaense. Nosso governo tem sido duro com invasões, mas os paranaenses não querem a guerra no campo.

Imagens valem mais do que mil argumentos. Estes são os agricultores que a Justiça e o Governo Federal querem jogar numa favela urbana.

Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado"

Esta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a mensagem de Roberto Requião, Governador do Estado, ao povo paranaense e à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

Esta Presidência comunica e convida aos Senhores Deputados e funcionários da Casa para que participem hoje, às 16:30, da celebração da missa de 7º dia de falecimento da Senhora Edir Traiano, esposa do Deputado Ademar Luiz Traiano, a ser celebrada aqui na Capela da Assembléia Legislativa.

Tem a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tive oportunidade de participar durante a última sexta-feira, no Município de Capitão Leônidas Marques, na região oeste do Paraná, de um importantíssimo encontro onde lavradores, agricultores, que serão atingidos pela barragem da Usina de Salto Caxias, no Rio Iguaçu, se reuniram para discutir a sua forma de organização e a sua forma de, inclusive, de resistência ao despejo que serão submetidos quando da inundação daquela área de terras, quando da barragem do Salto Caxias.

Os agricultores já, há mais de quatro anos, preocupados com as situações anteriores onde muitas vezes e os exemplos já estão aí, a prática conduzida pelas instituições no passado lhes obrigam a se organizar para resistir a exploração que se faz às pessoas que são atingidas nessas situações de construção de barragem no nosso Estado.

Organizou-se naquela região com cinco municípios a Comissão Regional dos atingi-

dos por barragens do Rio Iguaçu, denominada como CRADE. Esta organização composta pelos agricultores de cinco municípios que serão atingidos com a construção da hidrelétrica de Salto Caxias, tem se organizado e se reunido insistentemente para usar da sua forma de pressão e de força, dispostos até a resistir ou a impedir a construção dessa barragem como já ocorreu na barragem de Capanema também no sudoeste, oeste do Estado do Paraná há alguns anos passados.

A resistência se dá pelo medo de que os lavradores sejam jogados ao léu, como já aconteceu com outras situações, a exemplo da construção da barragem de Itaipu, onde agricultores vêem a sua propriedade, a sua cultura, os seus sentimentos, a sua terra, a propriedade onde nasceu, onde educou os seus filhos, onde viveu a sua vida, serem inundadas e nunca mais poder pisar aquele chão. E além disto se vêem explorados com indenizações injustas, que muitas vezes lhe empurram para as favelas das grandes cidades, como nós já vimos e já temos conhecimento de muitos lavradores que, engabelados, que, iludidos com indenizações, por parte dos poderes públicos que os tiram daquelas terras e depois lhes dão indenizações irrisórias, que não conseguem nem sequer comprar novamente um pedacinho de chão e daí, sobreviver.

O progresso que é pregado quando se constroem as grandes usinas, os grandes monopólios, não se justifica, quando esse progresso não é gerado para toda a sociedade e nós temos prova e vemos isso. Quando muitos lavradores, para ceder lugar ao progresso, quando se constroem as grandes usinas, as usinas aqui no Paraná, como é o caso de Itaipu, de Salto Segredo, de Salto Caxias, de Foz do Areia, etc., etc., o progresso vem, os lavradores cedem, mas o progresso vem, não para eles, porque a prova é que muitos, muitos, aqueles mesmo que são expulsos lá das terras com indenizações irrisórias e mesmo outros lavradores, cada vez estão indo de ré, cada vez estão indo para traz, porque o progresso vem, mas não para eles, para grandes grupos econômicos que, com essa energia gerada, vão se beneficiar com isenções e assim por diante, enquanto que aqueles que renunciam a tudo, renunciaram até à sua história, são jogados ao léu, são jogados à marginalidade por não ter nenhuma condição de sobrevivência após uma situação dessa.

Portanto, quero chamar a atenção da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que respeitem os agricultores de Salto Caxias, que estão organizados e que exigem negociações sérias, conversas sérias, para que eles possam, ou mesmo, impedindo a construção da barragem, e se isso não ocorrer, que tenham uma indenização justa e assim possam sobreviver dignamente, após

um lamentável fato que ocorrerá na sua vida e na sua história, quando terão que ser expulsos ou retirados ou sair de suas terras e deixar que as águas inundem para gerar progresso ao Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, senhoras que estão aqui neste momento, esposas de policiais militares, componentes também da Associação das Senhoras Pensionistas do IPE, que nos dão o prazer de suas visitas hoje, nesta Sessão Plenária, que aqui estão para também marcar presença de um ato reivindicatório de uma melhor condição de vida para os policiais e, consequentemente, para suas famílias.

Registro a presença do Vereador Eliseu Forchin, a presença da Senhora Regina Guimarães, que é Presidente da Associação das Pensionistas do Paraná, da Regina M. de Oliveira, esposa de soldado da Polícia Militar e, ao final da Sessão, ambas usarão a tribuna livre da Assembléia, para colocarem as suas posições.

Nós gostaríamos de saudar o movimento da família miliciano que está hoje na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo a um convite nosso, do Vereador Eliseu Forchin, da nossa funcionária, Ione Ragaz. Esse movimento, nobres Deputados, tem a finalidade de sensibilizar os Senhores Deputados estaduais com relação à dramática situação das famílias dos policiais militares, tendo em vista os baixos salários praticados para os ocupantes daquela carreira.

Nós já requeremos à Mesa Executiva a concessão de espaço para que o movimento possa falar aos Senhores Deputados. Entretanto, gostaríamos de fazer algumas observações com relação à matéria.

Desde que chegamos a esta Casa, em 1987, seguidos têm sido nossos pronunciamentos ao Senhor Governador do Estado para que seja estudada uma política de valorização do trabalhador em segurança pública. Ninguém pode ser inocente a ponto de acreditar que um servidor mal remunerado, mal equipado, mal treinado vá desempenhar um bom serviço de segurança à população. E isto está refletido nos elevados índices de violência e criminalidade em Curitiba, nos outros grandes centros urbanos e no Estado inteiro.

Além dos salários aviltantes na Polícia Militar, os servidores ainda sofrem com um serviço de assistência médica irregular, através do Hospital Militar e outros benefícios aos servidores da corporação.

ção.

Embora a Constituição tenha assegurado a isonomia entre os policiais civis e militares, a realidade tem sido bem diferente e segundo denunciaram as esposas de militares, os salários dos seus maridos são inferiores.

Nós gostaríamos de destacar que esse movimento não tem a finalidade puramente salarial, mas reivindica melhores condições de trabalho para os Policiais Militares, o que reverterá, sem qualquer dúvida, num melhor atendimento à comunidade. Quero destacar alguns pontos do manifesto do movimento da família miliciano do Paraná.

(Lê): "Por tudo isso apelamos aos homens públicos do Estado, aos líderes da nossa comunidade que não pretendemos com este discurso de cores trágicas, assumir a postura inconsequente dos que apenas querem depreciar os valores básicos da sociedade. Nós ainda acreditamos no futuro com mais qualidade de vida e justiça social. Somos esposas e mães de família, lutamos diariamente lado a lado com nossos homens por um amanhã melhor para nossas famílias. Polícia Militar também é gente, é um ser humano, sofre ansiedades como qualquer pessoa que tem consciência de que sua vida tem exigido muitos sacrifícios.

A pauta de reivindicações deste Manifesto:

01. Equiparação do salário entre o soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná e o agente policial civil, de acordo com o principal instrumento constitucional da isonomia.

02. Melhoria nas condições de trabalho, através de melhor armamento, novas viaturas e verbas para combustível; agasalhos e uniformes (nossos maridos ganham uma farda por ano, um coturno por ano e um agasalho para cada cinco anos de invernos rigorosos); alimentação no horário de trabalho ou vale-refeição. Pagamento de diárias quando da necessidade de deslocamento para outros municípios. Esta afirmativa é bastante triste!

Reivindicamos, ainda, melhoria no atendimento à saúde dos militares e seus dependentes, na maternidade, nas medicações ou apoio da farmácia, serviços odontológicos, materiais de qualidade e intervenções cirúrgicas.

Com relação à educação, pedimos prioridade ao Colégio Militar da Polícia Militar para os filhos de soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

Antes de concluir, o Manifesto diz:

Gostaríamos de lembrar, mesmo dentro de um enfoque simples, como mulheres, mães e donas de casa que somos; brasileiras, que temos conhecimento da grave crise que envolve o Brasil. Porém ainda temos fé no futuro, principalmente no futuro melhor

dos nossos filhos. Sabemos com que tipo de profissionais somos casadas. Nossos maridos estão expostos diariamente ao perigo, lutando contra o crime nas ruas, tentando combater a violência urbana principalmente. Ninguém melhor do que nós, sabe como é angustiante vivermos no combate ao crime. Mas, um crime muito maior está sendo cometido contra a nossa Polícia e sob um clima mais grave, o autor deste crime é o próprio Estado. Estado que precisa despertar e mudar urgentemente sua forma de relacionar-se com a Polícia Militar, dando melhores condições de trabalho e salário para os seus homens".

São alguns tópicos, porque eu não vou me reportar totalmente ao Manifesto, porque ao final da Sessão de hoje nós teremos o uso da palavra por componentes das associações que aqui estão.

Tem o aparte o Deputado Paulo Maia, da Bancada do PDT.

O Sr. Paulo Maia - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e me somo ao pronunciamento que Vossa Excelência faz, neste momento, porque tudo isto, sem dúvida, é fruto da falta de uma política salarial e de pessoal, que infelizmente o Estado do Paraná não tem.

Tanto é que quando Vossa Excelência cita a disparidade havida entre estes profissionais, nós tomamos, inclusive com o apoio de Vossa Excelência, a iniciativa de apresentar ao referido Projeto, mesmo correndo o risco de sermos vetado, de alertar o Governo do Estado para esta disparidade que ele próprio criou.

Então, nós estamos apresentando aqui uma Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 182, que estabelece: (Lê)

"Fica assegurada a equivalência salarial entre o soldado da Polícia Militar de 2ª classe com o agente de segurança de 4ª classe do Quadro da Polícia Civil. Parágrafo Único: A diferença porventura apurada em favor de qualquer uma das categorias referenciadas no "caput" deste artigo..."

Será acrescida a todo o escalão hierárquico, até o posto de 1º Tenente, porque nós corrigiremos uma disparidade que existe justamente nessas categorias que são a linha de frente da Polícia Militar do Estado do Paraná. Quer dizer que através dessa emenda nós estamos, inclusive, alertando para o fato bastante grave criado pelo próprio Governo do Paraná, quando dessa disparidade.

Hoje, o policial militar, se você analisar friamente, ganha nada mais nada menos do que pouco mais que o salário mínimo que é uma vergonha!

Depois obviamente se cobra desses trabalhadores uma eficiência também nos seus

trabalhos. É de se destacar, sem dúvida, a presença das referidas esposas que são aquelas que sofrem as consequências dessa falta de dinheiro, dessa falta de condições de uma vida mais digna para si e suas famílias. Em nossa justificativa mostramos que de 1990 para cá a discriminação salarial praticada pelo Governo do Estado foi através da Lei 9194, era a concessão diversa de percentuais de reposições aos policiais civis e militares.

O Estado do Paraná está a dever a reparação por violação da Constituição Federal e Estadual. Vale acrescentar que o Governo já promoveu a equiparação entre os cargos de Delegado de Polícia e Coronel da Polícia Militar até o posto de capitão, deixando de reparar os salários para as categorias inferiores das suas corporações.

Por isso a nossa emenda objetiva até alertar o governo do Estado para essa disparidade que ele mesmo criou e hoje manda uma tabela vergonhosa como essa que aí está, levando a sociedade paranaense e o trabalhador do serviço público a essa mobilização que nós consideramos justa. Parabenizamos Vossa Excelência pela iniciativa do seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, autorizado pelo Deputado Colombino Grassano utilizo o horário da Liderança do PL.

(Lê):

"3. Apesar de tudo isso os policiais militares são profundamente exigidos no cumprimento de suas atividades. Devem saber dirigir qualquer veículo, precisam conhecer com experiência armamento e tiro, defesa pessoal, relações humanas, noções de psicologia, além de serem escolhidos dentro de rigorosos padrões físicos e mentais e terem de ser portadores, do curso de Segundo Grau. Para inúmeras atividades regulamentadas no País não se exigem tantas qualidades.

4. Por dramático que seja, somos obrigados também a declarar que até fome os policiais militares estão passando nos quartéis, onde não recebem alimentação após exaustivas jornadas de trabalho e nem podem contar com o vale refeição. Acabam obrigados a contar com a solidariedade de alguns comerciantes que operam em suas áreas de atividade militar".

Isso nós na nossa vivência de repórter policial há mais de 30 anos, sabemos exatamente como ocorre isso. Não fosse a colaboração de comerciantes, de industriais muitas delegacias do interior estariam fechadas. Porque é o comércio que dá a gasolina, é o comércio que dá a refeição, é o comércio até que dá a comida para os presos de delegacias. Este é um quadro real-

mente caótico da segurança pública aliado à questão da justiça.

É realmente uma situação vergonhosa que vive hoje a nossa Polícia Militar, principalmente aqueles nas condições de policial, de cabo, sargento, subtenente e até 1º tenente. Quando chega na escala de oficiais evidentemente a coisa já não é tão complicada. Mas é exatamente o cabo, o policial, o sargento, o tenente, o subtenente que é aquele que vai na linha de frente, é aquele que vai lá enfrentar o bandido, é aquele que vai fazer as rondas em noites de frio e chuva. E no entanto ganha este miserável salário.

Esta é uma luta antiga de todos nós, mas que, infelizmente, não tem recebido a devida atenção por parte do Poder Público. E não é a toa que nos últimos anos temos tido muito mais saídas de policiais militares da polícia militar, ingressando na Guarda Municipal de Curitiba, que na Guarda Municipal, com menos exigência do que na própria Polícia Militar. Ou saem da Polícia Militar e vão para o trabalho de empresas privadas. É um quadro realmente triste o que passa a nossa Polícia Militar!

Mas o crime não termina aqui, aliás a crise, o crime é do Estado, a crise é da Polícia e da família da Polícia. Ela tem uma face mais desumana. O Hospital da Polícia Militar, antes um modelo de atendimento à família miliciana, atualmente assusta quem precisar dele numa circunstância de doença ou de necessidade mais urgente, como no caso de policial ferido em missão. Não há leitos para assistência do nosso pessoal e o atendimento que ainda funciona deixa muito a desejar.

Igualmente o IPE, antes orgulho dos servidores públicos do Paraná, tornou-se quase um fantasma que assombra a vida dos que tiverem a infelicidade de adoecerem. Está aqui, na Casa, o Projeto do Fundo do IPE, que precisa ser muito bem discutido, sob pena de criarmos mais situações embaraçosas e situações críticas para o pessoal da Polícia.

Outro fato que precisamos destacar é que comendo mal, trabalhando até a fronteira da exaustão, estressados e sempre tensos com suas situações familiares de sobrevivência precária, nossos maridos, os policiais militares do Paraná, além de estarem colocando suas vidas em jogo, tragicamente estão fazendo a nobre Instituição perder sua imagem de eficiência e dignidade que durante mais de um século cobriu de glória a sociedade paranaense.

Por tudo isso apelamos aos homens públicos do Estado, aos líderes da nossa comunidade que não pretendemos com este discurso de cores trágicas, assumir a postura inconsequente dos que apenas querem

depreciar os valores básicos da sociedade. Nós ainda acreditamos no futuro com mais qualidade de vida e justiça social. Somos esposas e mães de família, lutamos diariamente lado-a-lado com nossos homens por um amanhã melhor para nossas famílias. Polícia militar também é gente, é um ser humano, sofre ansiedades como qualquer pessoa que tem consciência de que sua vida tem exigido muitos sacrifícios.

Nesse sentido formulamos o mais incisivo pedido ao Governador Roberto Requião, ao Legislativo e a todas as forças vivas e democráticas deste Estado para que corrijam as graves distorções que estão acontecendo e anulando o trabalho da Polícia Militar.

O que mais desejamos neste momento em que fazemos tal manifesto é deixar bem claro que nossa manifestação não tem um caráter exclusivamente salarial. Se estamos reivindicando melhores condições de trabalho para nossos maridos, é fácil entender que disso depende, também, a melhoria no serviço de segurança pública prestado à população. Para se chegar a essa conclusão, basta analisar nossa pauta de reivindicações, encaminhada às autoridades estaduais, para qual chamamos a atenção e pedimos o apoio dos Senhores parlamentares!

1 - Equiparação do salário entre o soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná e o agente policial civil, de acordo com o principal instrumento constitucional da isonomia.

2 - Melhoria nas condições de trabalho, através de melhor armamento, novas viaturas e verbas para combustível; agasalhos e uniformes (nossos maridos ganham uma farda por ano, um coturno por ano e um agasalho para cada cinco anos de invernos rigorosos); alimentação no horário de trabalho ou vale-refeição. Pagamento de diárias quando da necessidade de deslocamento para outros municípios.

Reivindicamos, ainda, melhoria no atendimento à saúde dos militares e seus dependentes, na maternidade, nas medicalizações ou apoio da farmácia, serviços odontológicos, materiais de qualidade e intervenções cirúrgicas.

Com relação à educação, pedimos prioridade ao Colégio Militar da Polícia Militar para os filhos de soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

Antes de concluir gostaríamos de lembrar, mesmo dentro de um enfoque simples, como mulheres, mães e donas de casa que somos, brasileiras, que temos conhecimento da grave crise que envolve o Brasil. Porém ainda temos fé no futuro, principalmente no futuro melhor dos nossos filhos. Sabemos com que tipo de profissionais somos casadas. Nossos maridos estão expostos

diariamente ao perigo, lutando contra o crime nas ruas, tentando combater a violência urbana principalmente. Ninguém melhor do que nós sabe como é angustiante vivermos o combate ao crime. Mas, um crime muito maior está sendo cometido contra a nossa Polícia e sob um clima mais grave, o autor deste crime é o próprio Estado. Estado que precisa despertar e mudar urgentemente sua forma de relacionar-se com a Polícia Militar, dando melhores condições de trabalho e salário para os seus homens.

Hoje estamos aprovando mais um reajuste aos servidores estaduais e o baixo índice apontado só fará aumentar o desequilíbrio e a defasagem destes servidores. Não é possível mudar a Mensagem do Sr. Governador, porque isso só faria retardar o pouco que o Governo oferece, neste momento. O que pedimos então, a todos os Srs. Deputados, especialmente ao bloco governista, pela abertura, para que haja intercessão junto ao Governo do Estado, pela abertura de um canal de negociação do movimento para viabilização das medidas, para que as reivindicações solicitadas nesse documento sejam analisadas pelo Governo do Paraná!

Mesmo assim o companheiro Paulo Maia já disse que estamos apresentando Emendas, esperamos que estas Emendas sejam aprovadas e que no decurso da tramitação do Projeto não venham a ser vetadas pelo Governador do Estado.

Então, Srs. Deputados, o fato deste parlamentar estar usando da palavra não é este Parlamentar que está aqui, movimentando toda esta Classe que já é mobilizada por si própria através de iniciativa de algumas companheiras, e eu destaco aqui a Ana Maria Augustin e tantas outras amigas que têm contato diário conosco, elas já se mobilizaram com o painel da Boca Malhada, resolveram se unir a outras tantas companheiras e agora com o apoio muito importante da Associação das Pensionistas do IPE do Paraná. Fazem coro neste sentido e vieram aqui enfeitar este Plenário, nesta tarde de segunda-feira, trazer um pouco mais de brilho a esta Sessão Plenária e ao mesmo tempo trazer para o olhar de cada um dos Srs. Parlamentares o olhar triste, o olhar até certo ponto desesperançoso da situação em que se encontra hoje o policial. O policial morre vira um herói em defesa da sociedade, mas depois a viúva e os filhos é que acabam morrendo no esquecimento pela míngua pensão que recebem, e pela situação em que fica quem estava pagando aluguel tem que sair e tentar um terreninho da Prefeitura na COHAB. para tentar sobreviver.

Este é o drama em que vive hoje a família do militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, visitantes dessa tarde na Assembléia Legislativa, nós do Partido dos Trabalhadores temos chamado a atenção da sociedade no que diz respeito a posição assumida e tomada por quase todos os políticos brasileiros, que em campanha falam uma coisa, e após eleito fazem outra coisa completamente diferente.

Nós temos chamado a atenção desde o início da existência do PT, em 1980, que o discurso de muitos têm sido diferente da prática executada após chegar ao Governo. Isso tem ocorrido com bastante frequência no Estado do Paraná, seja nos nossos governantes que ocupam o Poder Executivo, seja com muitos dos Deputados que ocupam cadeiras no Poder Legislativo. E um dos pontos que tem chamado a atenção é justamente quando diz respeito ao servidor público, ao trabalhador do serviço público em geral. A maioria dos Governantes e a maioria dos Parlamentares faz o discurso do respeito, o discurso de que o trabalhador do serviço público terá salário digno e assim por diante, chegando ao Governo os nossos Governantes cumprem um único e exclusivo acordo, aquele que ele fez com o empresariado. Nós trabalhadores do serviço público, passa ano, entra ano, e o nosso salário continua totalmente achatado; e as perdas salariais de um Governo, ele diz que não vai pagar porque foi coisa que teve no Governo anterior. Isso tem ocorrido tanto no Poder Público Estadual, como em vários municípios. Mas só que quem ocupa o cargo de Governo, não esquece de pagar o banqueiro, ao qual o Estado deve, não esquece de pagar as empreiteiras; mas esquece de pagar um salário justo e digno para os trabalhadores do serviço público, seja esses trabalhadores civis ou militares, que dia após dia tem o seu salário achatado.

Quando vem reajuste para essa Assembléia Legislativa, vem colocado de uma maneira diferenciada, é o que nós votamos em setembro do ano passado, quando o simples servidor, seja ele público, seja ele civil ou militar, teve um reajuste de 20%, enquanto os Secretários e os altos escalões tiveram um reajuste de 66%. No último reajuste do mês passado os Secretários, e os cargos de confiança, e os altos escalões da própria Polícia Militar, tiveram 108% de reajuste; enquanto o simples servidor teve 30%. E a única Bancada que naquele momento se posicionou votando contrário, se retirando da Sessão, foi a Bancada do Partido dos Trabalhadores, não aceitando analisar em toque de caixa um reajuste diferenciado, inconstitucional e profunda-

mente imoral quando passava o salário de um Secretário de um milhão e novecentos para quatro milhões de cruzeiros; enquanto um simples servidor passava a perceber 180 mil, mesmo com reajuste, ficando um salário abaixo do salário mínimo. O mesmo está ocorrendo agora quando votamos o reajuste de 25%, fazendo com que grande parcela dos servidores públicos do Estado passem a perceber 216 mil cruzeiros abaixo do salário mínimo. Nós nos negamos, nós negamos a dar o nosso voto para contribuir com este achatamento. Somos contra este achatamento e nos negamos a ser instrumentos do Governo Estadual, no sentido de favorecer e legalizar esta proposta do Governo de Roberto Requião.

Nossa postura é contra o achatamento salarial e a favor de um salário digno a todos os trabalhadores, sejam eles do serviço público ou privado e, se do serviço público, sejam eles civis ou militares. Nós, trabalhadores, sabemos o quanto sofremos com esta miséria, com este salário indigno, que não dá nem para comprar a ração mínima diária para o consumo das 2 mil e 400 calorias, conforme diz a Organização Mundial de Saúde. Esta é a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças consulto a Liderança do PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovidio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO.- Sr. Presidente,

Srs Deputados. Senhoras e Senhores presentes.

Tive a oportunidade de na última quarta-feira, ausente desta Assembléia, participar de uma manifestação de lavradores do Paraná no Município de Roncador, onde já virou notícia até internacional a situação da Fazenda Can Can.

Mais de 2 mil lavradores, vindos das mais diversas regiões do Paraná, lá estiveram presentes, manifestando-se e trazendo o apoio à luta pela reforma agrária no nosso Estado. Foi uma grande caminhada feita pelas ruas da Cidade, onde com apoio de todo o comércio que fechou suas portas, com o apoio da sociedade do Município de Roncador, demonstrou que não quer ver o município virar uma notícia internacional de derramamento de sangue. Quando se vê tantas situações parecidas, hoje, em todo o mundo. Não deverá ser o Município de

Roncador, nem o Estado do Paraná, que deverão projetar estas imagens para o mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as famílias que se encontram nesta área de terra já desde 1988, por decreto desapropriatório do então Presidente Sarney daquela área, estão dispostas, com o apoio da sociedade de Roncador, dos trabalhadores do Paraná, a resistir ao despejo que está decretado.

A imprensa continua noticiando e hoje felizmente vemos uma notícia no jornal "Folha de Londrina" que diz que a União pode desapropriar e resolver o problema da Fazenda Can Can.

Esta área já está "sub judice" desde 1988, como já disse, no entanto, quatro anos depois, as famílias se sentem ameaçadas a não poder mais trabalhar, o que é uma necessidade digna de todos os brasileiros e de todo o ser humano que querem sobreviver.

O despejo na Fazenda Can Can no Município de Roncador, uma intervenção no Estado do Paraná por uma situação desta, seria Sr. Presidente, Srs. Deputados, um atentado contra o Paraná, contra seu povo, contra a dignidade dos pequenos agricultores e dos lavradores sem-terras que nesse Estado querem produzir, querem se alimentar e querem produzir alimentos para o povo paranaense. Um despejo ou uma intervenção naquela fazenda será um atentado contra a democracia quando vemos desde a época do regime militar o Estatuto da Terra garantindo a reforma agrária no País, mas que por interesses dos golpistas, dos militares e dos fazendeiros e da própria UDR o Estatuto da Terra só é utilizado quando beneficia ou facilita as maracutaías dos grandes proprietários de terras deste País. Vem o Governo Sarney com todas as promessas de planos e programas de reforma agrária e ela não sai do papel e das gavetas dos órgãos públicos que nada mais são, como já disse aqui, o Incra não é nada mais do que uma tapera burocrática que nada resolve na questão da reforma agrária. O Governo Collor assume novamente com a promessa e gera toda uma expectativa de assentar quinhentas mil famílias de lavradores no seu Governo, passam quase três anos e nada ocorre e o que se espera ainda é que venha se despejar, tirar da terra as famílias que estão fazendo a reforma agrária e fazendo aquilo que o Governo deveria fazer. Portanto, ocorrendo este despejo em Roncador eu posso lhes afirmar que eu assisti, eu vi com meus olhos a praça do Município de Roncador em frente a Prefeitura tomada de acampamentos de sem-terras que vieram de todo Estado para se solidarizar e para garantir com os seus companheiros que vivem na Fazenda Can Can a resistência à Polícia Federal, à Polícia Militar, ao

Exército, a quem quer que seja para que se tirem as famílias daquela área. Nós não podemos permitir que isso ocorra no Paraná, correta a atitude do Governador Roberto Requião que aqui, temos nos pronunciado neste sentido e tenho até dito muito tímida, muito tímida está a posição da Bancada de sustentação ao Governo nesta Assembleia quanto a este caso que só após insistentes pronunciamentos nossos e da imprensa é que o Deputado Oswaldo Trevisan vai à Tribuna para defender o Governador mas que timidamente a sua Bancada não se manifesta nesta Casa. Nós queremos inclusive repetir aqui uma frase dita pelo Governador à imprensa neste final de semana: "esperamos que não tenha nesta Assembleia nenhum troglodita da UDR e que aqui irá defender essa situação".

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que o problema é sério, há necessidade de ser resolvido pelo Paraná, esperamos que realmente o Governo cumpra a sua parte, e pelo menos não cumprindo as suas promessas não atrapalhe a reforma agrária que está sendo feita neste País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury) - PST com a palavra.

PFL; PRN; todos declinam.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 47/92, subscrito pelo Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando justificativa de falta nas Sessões Plenárias dos dias 22, 23 e 24 do corrente mês, em função de participação das Convenções Municipais do PTB.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 438/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos na Região Noroeste do Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 1.053/92, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei substitutivo que visa fixar os vencimentos dos Conselheiros, Procurador Geral, Auditores e Procuradores junto a este Tribunal. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - DO Projeto de Lei nº 136/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 020/92, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativo ao exercício financeiro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,  
AO PROJETO DE LEI Nº 136/92

- Execução de pavimentação asfáltica em rodovias estaduais;
- Execução de pavimentação asfáltica em rodovias municipais;

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) CEZAR SILVESTRI.

Apoiamento: Nelson Garcia, Rossoni, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Eurides Moura, Paulo Maia, Toti Colaço, Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

Quando da elaboração das prioridades dos orçamentos para o exercício de 1993, nada foi mencionado sobre pavimentação asfáltica, nem em rodovias estaduais, nem em rodovias municipais.

Muito embora entre as prioridades constem pavimentação com pedras irregulares, estas são viáveis em trechos de até 50 Km. Assim, por ser grande o número de rodovias com extensões maiores, há necessidade de se prever pavimentação asfáltica em rodovias estaduais e municipais.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

- Ampliação da rede física de ensino agrícola.
- Criação de escolas de tempo integral;

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Nelson Garcia, Colombino Grassano, Rossoni, Eurides Moura, Paulo Maia, Toti Colaço, Doutor Rosinha, Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Paraná um Estado essencialmente agrícola, impõe-se a necessidade da ampliação da rede física de escolas agrícolas, a fim de atender a grande demanda, pelo pequeno número de escolas da rede atual.

Da mesma forma, é necessário que conste das prioridades a área da educação e cultura, a criação de escolas de tempo integral.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Inclua-se no art. 13 do Projeto de Lei

136/92 a seguinte disposição:

"Art. 13 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações registrados nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento: Erondy Silvério, João Arruda, Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos recebidos pelo Estado, com destinação específica e portanto vinculada, não podem ter outra destinação afora aquela original, em face do que não podem ser desvinculadas de seus objetivos a não ser por autorização legal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 04

Art. 1º- Inclua-se onde couber no capítulo II, o seguinte artigo:

Art. - O Projeto de Lei Orçamentária conterá previsão dos recursos necessários para cumprimento do disposto no Art. 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento: Erondy Silvério, João Arruda, Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A emenda funda-se na disposição do art. 137, parágrafo único da Constituição Estadual, a qual prevê que a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, só poderá ser efetivada se houver autorização específica na Lei da Diretrizes Orçamentárias.

Sendo esta uma aspiração do funcionalismo público estadual que encontra amparo em disposição da Magna Carta Federal, há de ser incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para que o regime possa ser efetivamente implantado.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 05

Suprima-se na íntegra o art. 24 do Projeto de Lei nº 136/92.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento: Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Ernani Pudell, Erondy Silvério.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Suprimam-se, os incisos II e IV do Art. 11 do Projeto de Lei nº 136/92, que

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser indicadas emendas que:

I - não sejam compatíveis com as disposições do parágrafo 3º do art. 134 da Constituição Estadual.

II - que transfiram recursos próprios das entidades referidas nos Capítulos III e IV.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) NELSON JUSTUS

Apoio: Lourenço Fregonese, João Arruda, Erondy Silvério, Algaci Túlio, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Os incisos II e IV do art. 11 do Projeto de Lei 136/92, já se encontram dispostos, no art. 134 § 3º, I e II da Constituição Estadual, que vedam, respectivamente, emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que não sejam compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e emendas que fixem despesas sem o correspondente recurso.

Assim a manutenção dos incisos II e IV do art. 11 do Projeto de Lei 136/92 é absolutamente irrita por ser pleonástica.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

DE PLENÁRIO, DE N° 07.

O Art.8º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.8º - O Projeto de Lei Orçamentária destinará os recursos remanescentes do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo e ao Ministério Público, após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1992;

II - as entidades públicas estaduais de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, correspondente a 2% (dois por cento) da receita tributária (Constituição Federal, parágrafo 5º, artigo 218);

III - aos orçamentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, correspondentes, respectivamente a 3% (três por cento)

e 6% (seis por cento) da receita geral do Estado, excluídos as operações de crédito e participações nas transferências da União;

IV - às despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

V - ao pagamento do serviço da dívida pública e Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VI - às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais, aprovados por lei;

VII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e

VIII - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) NELSON JUSTUS

Apoio: Erondy Silvério, João Arruda, Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se face à má redação conferida ao art. 8º do Projeto de Lei n° 136/92, oriundo da Mensagem Governamental n° 20/92.

EMENDA MODIFICATIVA

DE PLENÁRIO, DE N° 08.

Incluir entre as prioridades listadas sob o título Educação e Cultura, no Artigo 21, o seguinte:

Art. 21 - As principais ações que constarão dos Orçamentos do Exercício de 1993 são as a seguir relacionadas, segundo as respectivas funções de Governo:

LEGISLATIVA

...

JUDICIÁRIA

...

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

...

AGRICULTURA

...

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

...

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

...

EDUCAÇÃO E CULTURA

...

- Recuperação e manutenção das Casas de Estudantes Universitários

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

...

HABITAÇÃO E URBANISMO

...

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

...

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Rossoni, Colombino Grassano,  
Paulo Maia.

## JUSTIFICATIVA:

As casas de estudantes universitários se destinam a abrigar estudantes que vêm do interior para a capital e grandes centros estudar, mas que provenientes de famílias de baixa renda não tem como pagar sua manutenção no que se refere à moradia. Entretanto, tais casas carecem de manutenção física a fim de possibilitarem melhores condições de uso. Seu abandono pode provocar a impossibilidade de filhos de famílias pobres poderem realizar o grande sonho de chegarem aos bancos universitários.

EMENDA MODIFICATIVA  
DE PLENÁRIO, DE N° 09

O § 1º, do artigo 8º passa a ter a seguinte redação:

Art. 8º - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

...

...

...

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o caput deste artigo, serão destinados de acordo com os seguintes limites percentuais:

- Chefia do Poder Executivo ... até 2%

- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia ..... até 6%

- Procuradoria Geral do Estado .até 1%

- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral ..... até 3%

- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL .... até 14%

- Secretaria de Estado da Comunicação Social ..... até 2%

- Secretaria de Estado da Administração ..... até 10%

- Secretaria de Estado da Fazenda ....

..... até 12%

- Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA ..... até 1%

- Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social ..... até 3%

- Secretaria de Estado da Cultura ....

no mínimo ..... 3%

- Secretaria de Estado da Segurança Pública ..... até 20%

- Secretaria de Estado da Saúde .....

no mínimo.....6%

- Secretaria de Estado da Justiça e da

Cidadania ..... até 8%

- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ..... até 15%

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento e do Meio Ambiente ..... até 12%

- Secretaria de Estado dos Transportes ..... até 30%

- Secretaria Especial para Assuntos do Meio Ambiente ..... até 4%

- Secretaria Especial do Esporte e Turismo ..... até 2%

- Secretaria Especial da Polícia Habitacional ..... no mínimo .... 5%

- Ouvidoria Geral do Estado ... até 1%

- Secretaria Especial para Assuntos Externos ..... até 1%

- Ministério Público ..... até 2%

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Rossoni, Colombino Grassano,  
Paulo Maia.

## JUSTIFICATIVA:

Esta emenda propõe estabelecimento de prioridades expressas em percentuais mínimos a serem aplicados em áreas fundamentais como saúde, habitação e cultura. O estabelecimento de índices máximos não garante nenhuma aplicação efetiva de recursos podendo inclusive ser zero. Nossa emenda procura corrigir esta distorção, pelo menos parcialmente.

EMENDA MODIFICATIVA  
DE PLENÁRIO, DE N° 10

Incluir entre as prioridades listadas sob o título HABITAÇÃO E URBANISMO no artigo 21, o seguinte item:

- Implantação do Fundo Estadual de Moradia Popular;

- Implantação de Política Habitacional para o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Rossoni, Colombino Grassano,  
Paulo Maia.

## JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional do Paraná é de 65 mil famílias que não tem condições de pagar nenhum aluguel e portanto moram em barracos, sob viadutos ou calçadas. Diante deste quadro há que se ter uma política mais incisiva de combate ao problema. A política prevista na LDO é muito tímida. A emenda proposta pretende ampliar as possibilidades de resolução deste problema que talvez seja o mais sério e urgente hoje no Paraná.

EMENDA ADITIVA  
DE PLENÁRIO, DE N° 11

Inclua-se onde couber:

Art... - A política salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná, obedecerá a data-base de 1º de maio, para revisão geral e reposição da remuneração, bem como para negociação de aumentos reais de salário a serem implantados para todos os servidores públicos do Estado, de acordo com o art. 27, inciso X, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA e

ERNANI PUDELL

Apoio: Rossoni, Colombino Grassano, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A prática tem demonstrado que os reajustes periódicos concedidos aos servidores públicos não garantem sequer a manutenção de seu poder de compra. Há que se fixar uma data única onde os servidores, através de suas entidades negociem com o Governo aumento real de salário a fim de garantir-lhes as condições mínimas de melhoria de suas vidas.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 12

Inclua-se onde couber:

Art... - A política salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná obedecerá os parâmetros de bimestralidade para os reajustes e se basearão no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor da FIBGE.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,

OVIDIO CONSTANTINO e

ERNANI PUDELL

Apoio: Rossoni, Colombino Grassano, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda se propõe regulamentar periodicidade bimestral para o reajuste dos servidores públicos estaduais, prática que aliás, tem procurado ser mantida pelo Governo neste exercício, porém fixando um índice mais-justo, a fim de garantir aos servidores as mínimas condições de manutenção de seu poder de compra.

#### EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 13

Artigo Único: Fica incluso no capítulo V das prioridades dos orçamentos para o exercício de 1993, no artigo 21, do item Habitação e Urbanismo a seguinte redação:

"Continuidade ao Programa de Habitação Popular, a construção de núcleos habitacionais, no sistema autoconstrução, previsto na Lei 9.888/91".

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Neivo Beraldin, Eurides Moura, Domingos Carvalho, Cleiton Kielse e Severino Félix.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 14.

Incluir onde couber como mais uma ação da função de Governo, dentro do artigo 21, do Projeto de Lei 136/92, nos seguintes termos:

- Continuidade aos procedimentos necessários à construção do Mini-Presídio de Londrina;

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Nelson Justus, Doutor Rosinha, Paulo Maia, Ernani Pudell, Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 15

Incluir no art. 21, do Projeto de Lei n° 136/92, mais uma ação na função de Governo, no item TRABALHO, nos seguintes termos:

Implementação e funcionamento do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente;

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Nelson Justus, Colombino Grassano.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 16.

Incluir no art. 21, do Projeto de Lei n° 136/92, mais uma ação na função de Governo, no item TRABALHO, nos seguintes termos:

- Criação de estabelecimento destinado a abrigo de crianças e adolescentes portadores de deficiência (art. 90, IV do Estatuto da Criança e do Adolescente);

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Nelson Justus, Colombino Grassano.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 17

Incluir no art. 21, do Projeto de Lei n° 136/92, mais uma ação na função de Governo, no item TRABALHO, nos seguintes termos:

- Estabelecimentos para internamento de adolescente autor de ato infracional (art. 90, VII do Estatuto da Criança e do Adolescente);

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Nelson Justus, Colombino Grassano.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 18

Artigo Único - No § 1º do art. 8º, onde se lê:

CHEFIA DO PODER EXECUTIVO..... até 12 %;  
leia-se ..... até 5 %;

onde se lê:

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊN-  
CIA E TECNOLOGIA.....até 5 %;  
leia-se ..... até 8.5 %;

onde se lê:

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO  
E AÇÃO SOCIAL ..... até 3 %;  
leia-se ..... até 5 %;

onde se lê:

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOL-  
VIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE.. até 12%;  
leia-se ..... até 13.5%.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI.

Apoio: Luiz Carlos Martins, Rossoni,  
João Iensen, Antônio Annibelli e uma ile-  
gível.

JUSTIFICATIVA:

A função primordial do governo é dar  
melhor qualidade de vida aos seus concida-  
dos. Ninguém desconhece que o caminho pa-  
ra o atingimento destes fins, passa neces-  
sariamente pela educação e pelo saneamento  
básico.

Por esta razão, apresentamos a presen-  
te emenda, que aprovada, possibilitará ao  
Chefe do Poder Executivo, a oportunidade  
de maiores investimentos nestas áreas de  
indiscutível importância quais sejam, a da  
educação e da saúde pública.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 19

Inclua-se onde couber no Capítulo III  
do Projeto de Lei n° 136/92, o seguinte  
artigo:

Art. - O Poder Executivo, mediante  
Mensagem, proporá a inclusão na Lei Orça-  
mentária, de dispositivos necessários à  
execução dos Fundos criados por Lei no de-  
correr do ano de 1992.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Nelson Justus, Emilia Belin-  
ati, Costenaro Neto, Luiz Carlos Mar-  
tins.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 20.

Inclua-se onde couber o seguinte arti-  
go:

Art. - Fica destinado até 2% ( dois  
por cento) da receita para auxílio à  
instalação dos novos municípios.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Luiz Carlos Martins, Costenaro  
Neto, Emilia Belinati, Nelson Justus.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 21.

Incluir no art. 21, do Projeto de Lei  
n° 136/92, mais uma ação na função de Go-  
verno, no item AGRICULTURA, nos seguintes  
termos:

- Tratamento prioritário à pesquisa  
básica e pesquisa tecnológica, tendo em  
vista o bem público e o progresso da ciên-  
cia;

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Colombino Grassano, Dalton Ma-  
chuca, Paulo Maia, Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Buscar coerência e fidelidade à  
Constituição Estadual, especialmente no  
Art. 201.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 22

A 13ª ação na função de Governo, no  
item AGRICULTURA, do art. 21, do Projeto  
de Lei n° 136/92, passa a ter a seguinte  
redação:

- Promoção da assistência técnica, da  
extensão rural e da pesquisa e desenvolvi-  
mento tecnológico de produtos e recursos  
agropecuários.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Colombino Grassano, Dalton Ma-  
chuca, Paulo Maia, Ovídio Constantino.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 23

Incluir no art. 21, do Projeto de Lei  
n° 136/92, mais uma ação na função de Go-  
verno, no item AGRICULTURA, nos seguintes  
termos:

- Apoio à formação de recursos humanos  
nas áreas de ciência, pesquisa e tecnolo-  
gia, concedendo aos que delas se ocupam  
meios e condições especiais de trabalho;

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Colombino Grassano, Dalton Ma-  
chuca, Paulo Maia, Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Buscar coerência e fidelidade à  
Constituição Estadual, especialmente no  
seu art. 203.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 24

O inciso II, do artigo 8º, do Projeto  
de Lei n° 136/92, passa a ter a seguinte  
redação:

"Art. 8º - ...

II - o órgão específico com represen-  
tação paritária, para o fomento da pesqui-  
sa científica e tecnológica, correspon-  
dente a 2% (dois por cento) da receita tribu-  
tária, será destinada em duodécimos men-  
salmente na execução de projetos".

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Colombino Grassano, Dalton Machuca, Paulo Maia, Ovídio Constantino.  
JUSTIFICATIVA:

O texto original faz referência ao parágrafo 5º do artigo 218 da Constituição Federal e o sugerido procura ser mais fiel a Constituição Estadual especialmente no seu art. 205. Na LDO de 1991 está mais claro (art. 22).

O Projeto irá à Comissão de Orçamento para Parecer Final.

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 182/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 48/92, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T. da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo e o saldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam reajustados conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDAS ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 182/92

Artigo Único - O projeto de lei em tela fica acrescido de um artigo, com a seguinte redação:

"Art. - O Art. 69, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, fica acrescido de parágrafo único, com a redação que segue:  
Parágrafo Único, - As diretrizes a que se refere o inciso III deste artigo, não se aplicam às autarquias compreendidas no Art. 4º, da Lei nº 9.663, de 16.07.91.

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(a) JOÃO IENSEN

Apoio: Djalma de Almeida César, João Arruda, Algaci Túlio, Lourenço Fregonesi, Rossoni, Paulo Maia, Emilia Belinati.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Inclua-se onde couber:

"Art. - A política salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná, obedecerá, para negociação de reajustes a serem implantados para todos os servidores públicos do Estado, o inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual".

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA, OVIDIO CONSTANTINO, ERNANI PUDELL

Apoio: Colombino Grassano, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A prática tem demonstrado que os rea-

justes periódicos concedidos aos servidores públicos não garantem sequer a manutenção de seu poder aquisitivo. Com o intuito de assegurar a isonomia disposta constitucionalmente, é que apresentamos esta emenda.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Os níveis de vencimento dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, serão reajustados bimestralmente, de acordo com o percentual apontado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e FIBGE".

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA, OVIDIO CONSTANTINO E ERNANI PUDELL

Apoio: Colombino Grassano, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A recessão que assola o país exige que os reajustes acompanhem, na medida do possível, o aumento inflacionário, para que os trabalhadores não sejam penalizados com os desmandos e o desgoverno a que estamos submetidos.

Esta emenda se propõe a regulamentar periodicidade bimestral aos reajustes dos servidores do Estado, prática que o próprio Governo Estadual tem procurado manter no atual exercício, porém, ao se fixar o índice, estar-se-á garantindo mínimas condições de manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores estaduais.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

O artigo 12 do Projeto de Lei nº 182/92, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 - O inciso III, do artigo 69 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

III - centralização da admissão, contratação, locação e pagamento do pessoal na Secretaria de Estado da Administração e sua locação às demais Secretarias de Estado mediante atribuição, rateio e controle de custos relativos à aplicação de cada servidor por categoria, unidade administrativa, programa, projeto e atividade, e outras dimensões de análise;"

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA E OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Colombino Grassano, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A Bancada do PT apresenta esta emenda supressiva com intenção de resguardar o cumprimento dos artigos 7º e 8º da própria

Curitiba, segunda, em 22.06.92

Lei 8.485/87, que dispõe terem as autarquias "independência funcional controlada", e ainda no inciso I do artigo 7º, "funcionando sob tutela administrativa de Secretarias de Estado e com autonomia de gestão".

Determina também o artigo 8º da Lei nº 8.485/87: "As entidades da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado, ... sujeitando-se à fiscalização e ao controle organizados,..."

Ao se incluir as autarquias no texto do artigo 12 do Projeto de Lei nº 182/92, estar-se-ia regulamentando precariamente a lei das autarquias, assunto que requer estudo prévio, com participação dos trabalhadores, em um projeto de lei específico. Sem contar que, ao se estender às autarquias o disposto no art. 12 do Projeto de Lei 182/92, criar-se-ia uma confusão jurídico-administrativa entre os artigos 7º e 8º e o artigo 69 da Lei 8.485/87.

#### EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Altera a redação do inciso II do art. 7º.

Art. 7º - ...

I - ...

II - a partir de 1º de julho de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992.

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Nelson Justus, Algaci Túlio, Colombino Grassano, Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa dirimir quaisquer dúvidas com referência à redação do inciso II do art. 7º do Projeto de Lei nº 182/92.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Art. 1º - O Artigo 13 do Projeto de Lei nº 182/92 deverá vigorar com a seguinte redação:

"Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º".

Sala das Sessões, em 22.06.92

(aa) PAULO MAIA

EMÍLIA BELINATI

HEINZ HERWIG

Apoio: Algaci Túlio, Doutor Rosinha, Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, através da revogação dos diplomas legais elencados no Artigo 13 da forma original do Projeto de Lei nº 182/92, prejudica sensivelmente aqueles trabalhadores do serviço público que mereçam, por eficiência no serviço público que prestam à população, "plus"

salarial referente a exercício de cargo comissionado e função gratificada. Na forma como originalmente apresentado, o Artigo 13 do Projeto de Lei nº 182/92 não assegura o respeito ao direito adquirido, ou seja, a incorporação aos proventos de aposentadoria das verbas de funções gratificadas e cargos em comissão àqueles que lá completaram o período de incorporação sem que, entretanto, tenham solicitado sua aposentadoria. Não se coaduna com política de efetiva valorização dos serviços públicos esta restrição que se quer cometer contra aqueles trabalhadores que prestaram seus serviços em funções de confiança e de habilitação excepcional, sonhando aos mesmos a possibilidade de incorporarem na época de sua aposentadoria um "quantum" salarial originado da natureza especial de suas funções.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 09

Artigo 1º - O Projeto de Lei 182/92 terá acrescido um artigo com a seguinte redação:

"Fica assegurada a equivalência salarial entre o soldado PM de 2ª Classe com o Agente de Segurança de 4ª Classe do Quadro da Polícia Civil.

Parágrafo Único - A diferença porventura apurada em favor de qualquer uma das categorias referenciadas no "caput" do artigo, será acrescida a todo o escalão hierárquico, até o posto de 1º Tenente, inclusive, no mesmo valor e de forma linear".

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) PAULO MAIA

Apoio: Doutor Rosinha, Algaci Túlio, Emília Belinati, Colombino Grassano, Heinz Herwig e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Desde janeiro de 1990, quando da discriminação salarial praticada pelo Governo do Estado através da Lei 9194/90, pela concessão diversa de percentuais de reposição aos policiais civis e militares, o Estado do Paraná está a dever a reparação deste erro grosseiro, por violação da Constituição Federal e da Constituição Estadual. Vale acrescentar que o Governador já promoveu a equiparação salarial entre os cargos de Delegado de Polícia e Coronel da Polícia Militar, até o posto de Capitão, deixando de reparar os salários para as categorias inferiores das duas corporações. A política governamental para o setor contempla as cúpulas das duas corporações, deixando de pagar condignamente, aqueles servidores públicos hierarquicamente inferiores e que são os que diretamente prestam os serviços públicos à população.

Há uma emenda aditiva de esclarecimen-

to.

(Leitura de Emenda Aditiva).

Os Senhores Deputados que aprovam esta Emenda conservem-se como estão. **Aprovado.**

As demais emendas e o projeto voltarão à Comissão de Constituição e Justiça que terá o prazo de quarenta e oito horas para parecer.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 49/92, objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, reajuste de 60% (sessenta por cento), em duas parcelas, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1º/06/92 e 30% (trinta por cento) a partir de 01/07/92, calculados sobre os valores de maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 183/92

O inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei nº 183/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

I - ...

II - a partir de 1º de julho de 1992, mediante o acréscimo percentual de mais 30% (trinta por cento), calculados sobre os valores vigentes em maio de 1992.

Sala das Sessões, em 22.06.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Nelson Justus, Algaci Túlio, Rossoni, Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa dirimir quaisquer dúvidas com referência à redação do inciso II do art. 7º do Projeto de Lei nº 182/92.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04.

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Os níveis de vencimentos dos servidores de que trata a presente lei, serão reajustados de acordo com os parâmetros de bimestralidade e terão como fulcro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, da FIBGE".

Sala das Sessões, em 22.06.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Colombino Grassano, Paulo Maia

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda se propõe regulamentar periodicidade bimestral para o reajuste dos servidores da Administração dos Portos de

Paranaguá e Antonina - APPA - prática que o Governo Estadual tem procurado manter atualmente, porém, ao se fixar um índice mais justo, estar-se-á diminuindo as perdas salariais, possibilitando aos servidores mínimas condições de manutenção de seu poder aquisitivo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Eu solicito a Vossa Excelência que faça a leitura novamente sobre este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz a releitura da emenda).

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. **Aprovado.** O Projeto irá à redação final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, dispõe sobre reajuste dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Colombino Grassano e Paulo Maia, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03, AO PROJETO DE LEI Nº 184/92

Inclua-se onde couber:

"Art. - Os níveis de vencimento de que trata a presente lei, serão reajustados bimestralmente de acordo com o percentual apontado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da FIBGE".

Sala das Sessões, em 22.06.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Colombino Grassano e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A intenção da presente emenda é regulamentar periodicidade bimestral ao reajuste do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, de acordo, na verdade, com a prática que o governo do Estado vem adotando no atual exercício, contudo, ao se fixar um índice mais justo, estar-se-á diminuindo as perdas salariais, tencionando não achatamento substancial ao poder aquisitivo dos trabalhadores do Estado. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/92, de autoria do Poder Judiciário, dá nova redação ao artigo 34, da Lei nº 8.280/86 (Juizado de Pequenas Causas). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 160/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 34, da Lei nº 8280/86, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Aos árbitros e conciliadores dos Juizados de Pequenas Causas é atribuída uma gratificação pró-labore e aos servidores do Poder Judiciário que nele exercem funções no período noturno, cumulativamente, uma gratificação correspondente a trinta por cento (30%) dos vencimentos básicos, não podendo haver superposição de gratificação noturna.

Parágrafo Único - Fica fixado em Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) o valor da gratificação pró-labore, por sessão de comparecimento, limitando-se o pagamento a cinco (05) sessões, ou no máximo (08) oito ao mês, excepcionalmente, quando convocados pelo Juiz Supervisor, cujo valor será corrigido na mesma ocasião e nos mesmos índices dos reajustes concedidos aos servidores do Poder Judiciário".

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.92.

(a) PODER JUDICIÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os Juizados de Pequenas Causas, informalmente implantados no Estado a partir de 1983 e oficializados com o advento da Lei Federal nº 7244, de 07/11/84, vem equacionando com relevância as questões menores, possibilitando em especial a gente humilde, mais carecedora da tutela jurisdicional, acesso fácil dentro dos princípios norteadores da simplicidade, celeridade e gratuidade.

No anseio de melhor estruturá-los esta Presidência vem buscando implantar referida questão jurisdicional em todas as Comarcas do Estado e, sempre que possível, descentralizá-la em todos os municípios como recentemente, só a guisa de exemplo, ocorreu nos municípios de Matinhos e Guaraqueçaba.

Com o advento da Lei Estadual nº 8280/86, possibilitou-se atender antiga reivindicação dos árbitros da Capital, concedendo-lhes gratificação pró-labore

que, embora modesta, tem servido aos mesmos como compensação para as despesas de locomoção ao local das sessões noturnas.

A despeito disso, urge que ela seja estendida aos Juizados de todo o Estado como fator motivador, além de justo, a fim de que os árbitros, que obrigatoriamente devem ser advogados, recebem idêntico tratamento que aos da Capital.

Neste propósito, o órgão especial deste Tribunal aprovou proposta de alteração do artigo 34 da Lei Estadual nº 8280/86, em sessão realizada no dia 13 de dezembro de 1991, voltando a fazê-lo em 1º de junho do ano em curso, tendo em vista o veto apostado pelo Senhor Governador do Estado.

Contudo, os óbices já foram removidos, haja vista a nova redação do projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 160/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Judiciário, ofício nº 222/92, visa o projeto de lei em análise, estender aos árbitros e conciliadores que atuam junto aos Tribunais de Pequenas Causas do interior do Estado, a gratificação hoje paga somente àqueles que exercem tais funções na Capital, fixando-a em Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) por sessão, até o máximo de oito por mês.

A medida, além de fazer justiça àqueles que prestam tão relevantes serviços à sociedade, encontra respaldo constitucional e legal, merecendo nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

DIRVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 160/92

AUTOR: PODER JUDICIÁRIO

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 160/92, de autoria do Poder Judiciário visa estender aos árbitros e conciliadores que atuam junto aos Tribunais de Pequenas Causas do Interior do Estado igual qualificação "pró-labore", àqueles que atuam em tais funções na Capital do Estado nas mesmas condições destes.

Sob o crivo da Comissão de Constituição e Justiça esta entendeu ser correto o pleito aprovando a sua tramitação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, entende como justa a reivindicação e emite parecer favorável à sua apreciação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Sobre a mesa, Requerimento de n° 1038, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1043, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1042, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1039, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1044-A, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1045, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1044, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/92.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 183/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 160/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 352/91, 446/91, 005/92, 059/92, 103/92, 115/92, 122/92, 127/92, 130/92, 148/92, 154/92, 155/92, 156/92, 157/92, 168/92 e 008/92.

Levanta-se a sessão.

##### Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1992.

#### "Integridade Territorial do Paraná"

O Paraná precisa se levantar e sustentar o direito inalienável à integridade do seu território, reagindo contra o movimen-

to que corre em setores do Congresso pró desmembramento para uma hipotética recriação do antigo território do Iguaçu. Essa iniciativa, que despedaçaria um terço dos territórios do Paraná e Santa Catarina para o surgimento de uma nova unidade federativa no Extremo Oeste, é inoportuna política, econômica e historicamente. Mas se não for obstada com a mesma energia com que Bento Munhoz da Rocha Neto sustentou a integridade paranaense, na Constituinte de 46, corremos risco de ver prosperar um ato vexatório para nós e prejudicial ao País.

Os estudos sobre o território do Iguaçu vêm da ditadura do Estado Novo, quando os interesses geopolíticos de Getúlio Vargas, interessado à época em enfraquecer o estado de São Paulo, encunharam uma nova unidade territorial a oeste, fazendo divisa com o Mato Grosso e as repúblicas do oeste e sul, Paraguai e Argentina. Porque, como demonstrou Munhoz da Rocha em memoráveis embates, durante a Assembléia Constituinte de 46, o IBGE recomendava o destaque de territórios federais (para evolução como futuros estados) apenas nas áreas ermas e vastas do setentrão amazônico.

Não era o caso do Paraná ou Santa Catarina, estados consolidados e que ficariam amputados de um terço de suas áreas já diminutas; tanto que a emenda supressiva do Território Iguaçu recebeu 115 assinaturas e foi aprovada já a 18 de setembro de 1946. Mas o movimento irredentista se manteve e novamente na Constituinte de 1988 foi apresentada a proposta no sentido de criação do estado do Iguaçu, rejeitada por 27 a 19 votos. Agora, por um cochilo de nossas lideranças uma comissão inicial da Câmara acaba de acolher a proposição, que entretanto precisa ainda vencer largo trâmite parlamentar antes de autorizar o plebiscito naquela área dos estados do Paraná e Santa Catarina para separação como um hipotético novo estado.

Não vale a proposta separatista porque o Paraná e Santa Catarina são de raros estados, brasileiros viáveis e consolidados. Dispondo de territórios escassos, conseguem o milagre da produção, da integração e do desenvolvimento. Não seria assim na pretensa nova unidade federativa: atualmente o Governo do Paraná gasta ali duas vezes mais do que recolhe em tributos. Mais, num momento de crise financeira do Tesouro Nacional, o eventual surgimento de um novo estado significaria gastos que o País não está em condições de suportar.

Restaria o ônus para o povo da região, que por ter economia de base primária seria duplamente onerado: com as despesas de implantação administrativa de um novo governo e com a cessação das obras de infraestrutura que ali se realizam: só a Ferroeste e a Ponte de Guaíra estão orça-

das em 700 milhões de dólares e representam os dois principais empreendimentos paranaenses em andamento. Ainda, a produção agroindustrial do Oeste é que deverá sofrer o principal impacto da integração com o Mercosul, devendo enfrentar a capacidade produtiva superior da Argentina em cereais de inverno e alimentos industrializados.

Mantida a integração com o todo paranaense, o Oeste suportará essa conversão econômica com menos sacrifício; isolado, será um "deus-nos-acuda".

Mas o que pesa são argumentos políticos: foram os paranaenses que conquistaram os territórios a oeste, repelindo o silví-

cola e o espanhol à força das armas dos moradores das então vilas de Paranaguá, Curitiba e Castro, sob o comando de Afonso Botelho, Diogo Pinto, Siqueira Cortes, Rocha Loures. As terras que se estendem desde Palmas, Guarapuava e Serra da Esperança para diante estavam tituladas à Espanha desde do Tratado de Tordesilhas e os governantes platinos ali instalaram a Real Província do Guaíra. A conquista, o desbravamento, a fundação das colônias militares e das primeiras cidades, tudo foi obra do Paraná que, agora, não pode e não abrirá mão do seu território Oeste, com o apoio dos demais brasileiros.